

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : F DOS S S  
**ADVOGADOS** : ISAURA LUCI ROZA DE SOUZA - SP366495  
FABIO DOS SANTOS SOUZA - DF043950  
**EMBARGADO** : M J DA S DOS S S  
**ADVOGADO** : MARCELO ANTONIO RODRIGUES VIEGAS E  
OUTRO(S) - DF018503

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL C/C PARTILHA DE BENS. APRESENTAÇÃO DE ACORDO PELOS CÔNJUGES, COM DISPOSIÇÕES ACERCA DA INTENÇÃO DE SE DIVORCIAREM, DA PARTILHA DE BENS, DO REGIME DE GUARDA, DE VISITAS E DE ALIMENTOS RELATIVOS AO FILHO MENOR. RETRATAÇÃO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE APENAS EM RELAÇÃO AOS DIREITOS DISPONÍVEIS. 1. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES E CONTRADIÇÕES. NÃO OCORRÊNCIA. CARÁTER MERAMENTE INFRINGENCIAL. RECONHECIMENTO. 2. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Da análise das razões recursais, constata-se que o embargante, a pretexto de omissão, busca, na verdade, infirmar as conclusões do acórdão embargado, o qual, após sopesar, detidamente, os argumentos postos, conferiu à questão desfecho diverso do pretendido pela parte, o que, em si, não autoriza a oposição da presente insurgência recursal, de natureza eminentemente integrativa.

2. De igual modo, o acórdão embargado não se apresenta contraditório, como quer fazer crer o insurgente. Aliás, para fundamentar este vício de julgamento, o recorrente vale-se, na maior parte de sua argumentação, das premissas e considerações constantes do judicioso voto divergente, que, contudo, ficou vencido. Ressalta-se, entretanto, que a contradição que tem o condão de acoimar o julgado de nulidade é a interna, em que se constata uma inadequação lógica entre a fundamentação posta e a conclusão adotada (no voto condutor, e não em cotejo deste com o voto divergente), o que, a toda evidência, não retrata a hipótese dos autos.

2.1 A compreensão jurídica da parte sobre o tema em questão — que, inclusive, encontrou ressonância no voto vencido —, diversa daquela estampada no aresto embargado, segundo o voto condutor, não torna o julgado incoerente com as suas premissas, tecnicamente.

3. A evidenciar o propósito meramente infringencial dos presentes aclaratórios, a refugir por completo de seu perfil integrativo, o insurgente, em suas razões recursais, a pretexto de contradição, restringe-se a infirmar o julgado, sem apontar, como de rigor, quais seriam as proposições ali adotadas que se afigurariam inconciliáveis entre si, o que denota, inarredavelmente, a deficiência das razões recursais postas.

4. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

